



ESTUDOS CULTURAIS E FEMINISMO: deslocamentos teóricos e conceituais

CULTURAL STUDIES AND FEMINISM: Theoretical and conceptual displacements

*Fernanda Perez MENDONÇA¹⁰,
Rafael MEDEIROS¹¹,
Guilherme CURI¹²*

Resumo:

Este artigo tem como objetivo perceber os deslocamentos teóricos e conceituais da inserção dos estudos feministas nos Estudos Culturais. O trabalho foi feito a partir de revisão bibliográfica, buscando uma compreensão história, política e social dos Estudos Culturais e do feminismo, percebendo os pontos de discordância e as contribuições para a proposição de novas pautas. O feminismo possibilitou investigações voltadas para formas identitárias relegadas, inserindo a categoria gênero para flexionar os efeitos e oposições à dominação sexista. Os campos convergem na potência da cultura popular e do feminismo como significados e resistências.

Palavras-chave:

Estudos Culturais; feminismo; comunicação.

Abstract:

This article aims to understand the theoretical and conceptual displacements of the insertion of feminist studies in Cultural Studies. The work was made from literature review, seeking a

¹⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades (UFSM).

¹¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro do Grupo de Pesquisa Usos Sociais da Mídia (UFSM) e do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor – UFOP).

¹² Pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pela University College Dublin.

historical, political and social understanding of Cultural Studies and feminism, noting the points of disagreement and the contributions to the proposition of new guidelines. Feminism has enabled investigations into relegated identity forms by inserting the gender category to flex the effects and oppositions of sexist domination. Fields converge on the potency of popular culture and feminism as meanings and resistances.

Keywords:

Cultural Studies; feminism; Communication.

1. Introdução

Pensar a importância da comunicação para a sociedade, refletir como os seus produtos podem conformar modos de pensamento, perpetuar tradições e contribuir para mudanças sociais é entender que a linguagem dos meios de comunicação de modo abrangente é perpassada pelas noções de cultura enquanto modo de vida, ao mesmo tempo em que colabora para uma constituição cultural por meio de representações. É claro que as incursões iniciais deste trabalho são conscientemente ponderadas pela não crença no determinismo tecnológico e no pessimismo cultural, concordando como Martín Barbero (2014). Entretanto, é preciso verificar as brechas e os locais de resistência dessa lógica circular.

A proposta deste artigo é refletir sobre as interseções do feminismo nos Estudos Culturais. Enquanto parte importante das teorias comunicacionais, os Estudos Culturais contribuíram com o olhar para os movimentos sociais, para as minorias e para a cultura popular, que, até então, era desvalorizada. A contribuição de outros campos do conhecimento também faz parte desse escopo, já que a matriz dos Estudos Culturais é multidisciplinar, não se limita aos assuntos que já estavam em pauta, abordados a partir de em um conceito hegemônico de cultura. Entretanto, apesar de declararem-se como campo que prioriza a investigação e a compreensão do modo de vida dos subalternos¹³, os Estudos Culturais, durante algum tempo, negligenciaram as pautas feministas, deixando de lado ou silenciando a luta das mulheres dentro do *Centre Contemporary Cultural Studies (CCCS)*, na Inglaterra.

¹³ Para Spivak, o subalterno é a voz que não pode ser ouvida. O termo descreve os sujeitos pertencentes “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Também diz respeito a pesquisas realizadas fora do âmbito europeu e estadunidense.

Dessa forma, este trabalho buscou referenciais que ajudam a explicar essa interseção dos estudos feministas nos Estudos Culturais, refletindo as características históricas, deslocamentos teóricos e contribuições para quebrar as barreiras das investigações que deveriam se amplificar para os múltiplos terrenos da cultura, incluindo as diversas pautas relacionadas às mulheres. Para tanto, o texto está organizado em três seções, inicialmente buscando o panorama dos Estudos Culturais, problematizando suas bases constituintes que extrapolaram as instâncias acadêmicas e tornando uma nova referência teórica para movimentos de minorias. A segunda seção indica algumas definições do feminismo, trazendo uma breve periodização histórica com base nas ondas temporais. Finalmente, à guisa de resultados, a última seção indica as imbricações dos estudos feministas com os Estudos Culturais, suas contribuições paralelas, aproximações e altercações.

2. Estudos Culturais: definições não absolutas, panorama histórico e político

Do surgimento de suas matrizes relacionadas à história e à crítica literária ao uso em âmbito multidisciplinar, os Estudos Culturais têm sido apropriados em diferentes deslocamentos teóricos e múltiplas associações conceituais, o que os coloca constantemente no centro de objetações que buscam por definições menos abstratas do que de fato significa esse terreno. Como Hall coloca, "é importante chegar-se a uma definição dos estudos culturais; não pode consistir apenas em qualquer reivindicação que marca sob uma bandeira particular" (HALL, 2003, p. 201). Johnson completa: "precisamos de perspectivas que nos permitam ver um campo vigoroso mas fragmentado - como os Estudos Culturais - se não como uma "unidade" ao menos como um todo" (JOHNSON, 2006, p. 18).

Este artigo não tem pretensões revisionistas e muito menos objetiva abranger a multiplicidade dessas perspectivas, por isso é importante colocar o enfoque dado aqui sabendo que, nas próprias palavras de Hall, "ainda que os Estudos Culturais se caracterizem como um projeto aberto, não se pode reduzir a um pluralismo simplista. Recusamos a ser um discurso dominante ou um metadiscurso de qualquer espécie." (HALL, [1996] 2005, p. 263, tradução nossa). Assim, são objetos característicos de investigação dos Estudos Culturais que servem como base para as discussões propostas neste trabalho, ou seja, a perspectiva feminista dentro do campo dos Estudos Culturais.

Apesar de certo arreesamento sobre a base teórica fundadora, é consenso o norteamo a partir da representação cultural enquanto significado da vida social. Nesse sentido, Escosteguy, que já se atentou às questões do feminismo no campo, (2006, p. 138) posiciona a

tradição britânica dos Estudos Culturais com foco em investigar as “relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais”, associadas às práticas sociais cotidianas. Neste sentido, Hall já inscrevia a importância de estudar a cultura como uma variável que não deveria ser entendida como "secundária e dependente em relação ao que faz o mundo mover-se (...) mas algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior" (HALL, 1997, p. 23).

Constituídos no contexto ideológico do pós-guerra e da percepção de uma mudança de valores da classe operária inglesa¹⁴, na qual o movimento feminista, mesmo que ainda incipiente, se fazia presente, as dimensões políticas estiveram no radar do campo dos Estudos Culturais desde seu surgimento a partir do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), em 1964. Ligado ao departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, o CCCS foi criado por Richard Hoggart, tendo como inspiração seu estudo sobre os usos da cultura, e formando um centro de pesquisas de pós-graduação. Os intelectuais pioneiros do Centro, parte da chamada nova esquerda britânica, buscavam "superar o silêncio do marxismo ortodoxo em relação às questões culturais que tensionavam o mundo naquele período, enfrentando, assim, o reducionismo econômico que imperava na pesquisa sociológica" (BEZERRA, 2017).

Essa posição de enfrentamento e preenchimento de lacunas deixadas pelo marxismo ortodoxo fica bastante evidente já nas reflexões dos teóricos pioneiros no final da década de 1950, como Richard Hoggart em *The uses of literacy* e Raymond Williams em *Culture and society*, além de E. P. Thompson em *The making of the english working-class*, já na década de 1960. Em *The uses of literacy* (1957), Hoggart oferece um novo viés sobre as classes populares, estudadas até aqui como puramente submissas e homogêneas culturalmente, se dedicando a mostrar “o caráter extensivo, múltiplo e infinitamente pormenorizado da vida das classes proletárias” (HOGGART, [1957] 1973, p. 20), além de evidenciar formas de resistência dessas classes em diversos aspectos da vida social, incluindo no consumo dos meios de comunicação de massa - pensamento que balizará, mais adiante, os estudos de audiência. Em *Culture and society* (1958), Williams se aproxima de Hoggart ao tratar dos

¹⁴ Thompson mapeia as múltiplas faces da formação da classe trabalhadora inglesa na virada do século XVII para o século XVIII apontando a “complexidade constitutiva da nova cultura política em meio à qual os trabalhadores viriam a forjar sua identidade de classe [...]. O quadro das condições de vida do período é complementado com análises sobre as condições de habitação, de saúde, e com um reexame cuidadoso da questão do trabalho infantil” (FORTES, 2006, p. 204-205).

meios de comunicação de massa inseridos nos aspectos de sociais de condutas e crenças, além de apresentar a cultura como uma categoria-chave ao mostrar como a representação do termo na literatura inglesa se transformou ao passo das mudanças na estrutura social ao considerar que “a história da ideia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou nossa vida” (WILLIAMS, [1958] 1978, p. 305).

Escosteguy (2006) credita a Williams a construção de uma nova definição de cultura (de base antropológica e o desenvolvimento dos Estudos Culturais. Em *The making of the english working-class* (1963), E. P. Thompson retrata a transformação do cotidiano dos novos trabalhadores fabris britânicos e o surgimento de uma consciência de classe que resistia “ao desaparecimento de um antigo modo de vida” (THOMPSON, [1963] 1987, p. 300).

O pensamento dos Estudos Culturais era, assim, fortemente influenciado pela obra de Antonio Gramsci, especialmente na década de 1970, a partir dos trabalhos de Stuart Hall, nos estudos sobre raça e etnicidade em seu sentido conjuntural, ou seja, na estrutura das práticas sociais, em explicações que refutam a unilateralidade, o determinismo econômico, mais uma constelação de forças sociais. De acordo com Hall, Gramsci “revisou, renovou e sofisticou amplamente muitos dos aspectos da estrutura teórica de Marx para torná-la mais pertinentes às relações sociais contemporâneas no século vinte”, principalmente em relação à “importância das questões culturais, nacionais-populares e a função da sociedade civil no equilíbrio inconstante entre as forças da sociedade” (HALL, 2003, p. 294-295). Ainda, os Estudos Culturais incidiram sobre as questões necessárias que o marxismo exigia respostas, influenciando a construção de um projeto ideológico entremeado aos movimentos sociais e lutas de minorias históricas, como o movimento feminista, que será debatido adiante. Stuart Hall é assim notadamente um dos pesquisadores que mais se inclinou para esse direcionamento e sua sustentação nos Estudos Culturais quando substituiu Hoggart na direção do CCCS, entre 1969 e 1979, incentivando “o desenvolvimento de estudos etnográficos, análises dos meios massivos e a investigação de práticas de resistência dentro de subculturas” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 141).

É necessário explicitar neste ponto do texto que os Estudos Culturais se expandiram além dos cânones e da vertente britânica, tendo seu início reivindicado por pesquisadores canadenses e por outros importantes teóricos, como o latino-americano Jesús Martín-Barbero, que defendeu de forma enfática que “fazia estudos culturais muito antes do aparecimento deste rótulo” (Spielmann, 1997, p. 47, tradução nossa). Escosteguy concorda que “sem a obra

Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia (1997), os estudos culturais latino-americanos não teriam vingado, em especial aqueles vinculados à comunicação” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 100, grifos no original), expondo as relações entre o programa de investigação proposto por Barbero e os estudos teóricos-metodológicos do CCCS.

Sem dúvida, Martín-Barbero ajuda a compreender as associações políticas dos Estudos Culturais debatidas no parágrafo anterior ao valorizar, assim como Hoggart, a “capacidade dos receptores populares em produzir sentidos diferentes aos priorizados pela cultura hegemônica” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 106) e ao considerar, em uma aproximação com os estudos comunicacionais, que

o resgate dos modos de resposta do dominado movia o processo de decodificação do campo da comunicação, com seus canais, seus meios e suas mensagens, para o campo da cultura, ou melhor, para o campo dos conflitos que a cultura articula, dos conflitos entre culturas e hegemonia (MARTÍN-BARBERO, 1986, p. 42, tradução nossa).

Para Escosteguy (2017), em *Dos meios às mediações* é possível perceber o protagonismo do sujeito popular em suas práticas no trabalho, na política e na vida cotidiana, em consonância com o pensamento de Williams e de Hoggart. O foco de Barbero nas “mediações comunicativas da cultura leva em conta a institucionalidade e, conseqüentemente, resgata as relações de poder existentes nos regimes de regulação” (ESCOSTEGUY, 2017, p.117).

Aqui, é importante ressaltar que os estudos de Martín-Barbero não são relevantes apenas pelas afiliações características aos Estudos Culturais, mas, sobretudo por valorizarem aspectos da cultura popular a partir do território “subalterno”, ou seja, uma análise cultural que ultrapassa as fronteiras unidisciplinares. Além disso, Martín-Barbero possibilita pensar viéses políticos da realidade latinoamericana e oferece estatuto científico a problemáticas desqualificadas, como a “telenovela, as mestiçagens entre cultura popular e cultura de massa, o reconhecimento do prazer e do ócio na vida social. Tudo isso resguardando as particularidades da realidade sociocultural da América Latina” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 108). Tais tópicos evidentemente dialogam diretamente com as perspectivas feministas no continente latinoamericano.

Na década de 1980, por exemplo, ao avançar para uma matriz de pensamento pós-colonial, os Estudos Culturais tinham como principais objetivos “estabelecer uma política da diferença que desafie a hegemonia nordocêntrica, redefina a modernidade a partir de novos termos, aponte alternativas para um padrão cultural baseado na cópia e na imitação e garanta voz a sujeitos que anteriormente não tiveram direito a voz” (PRYSTHON, 2004, p. 35). Ou,

nos termos de Spivak “um relato das etapas de desenvolvimento do subalterno é desarticulado da conjuntura quando se opera sua macrologia cultural, ainda que remotamente, pela interferência epistêmica nas definições legais e disciplinares que acompanham o projeto imperialista” (SPIVAK, 2010, p. 55).

É possível assim perceber que os Estudos Culturais extrapolaram as instâncias acadêmicas tornando-se uma nova referência teórica para movimentos de minorias a partir da década de 1970, como será evidenciado no próximo tópico, na perspectiva dos estudos feministas, principal objetivo deste artigo. Antes disso, a seguir, serão evidenciadas algumas bases do feminismo e dos estudos feministas como movimento político e teoria prática, pensado e organizado por mulheres espalhadas ao redor do mundo.

3. Feminismo: busca por definições

Assim como há divergências e reivindicações quanto aos reais objetivos dos Estudos Culturais e a abrangência geopolítica dos seus objetos, as demarcações temporais e conceituações do movimento feminista também são problematizadas multidisciplinarmente em diferentes tendências teóricas, seja na psicologia, estudos literários, história, teoria política, estudos de gênero, comunicação e outras tantas áreas e abordagens. Logo, no intuito de agrupar essas problematizações e contemplar a vinculação aos Estudos Culturais, este trabalho abarca a conceituação proposta pela pesquisadora de teoria feminista Mary Dietz que, de forma aberta e extensiva, considera que

o feminismo é um movimento social e político historicamente constituído, local e global, com um objetivo emancipatório e um conteúdo normativo. Ele coloca um sujeito (mulher), identifica um problema (a sujeição e objetivação da mulher por meio de relações de gênero) e expressa vários objetivos [...] em nome de princípios específicos (igualdade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça, liberdade) (DIETZ, 2003, p. 399, tradução nossa).

É possível concordar com a autora, pois, de maneira geral, é consensual que os diferentes movimentos feministas atualmente possuam pautas consensuais que seriam: a emancipação das mulheres, a garantia de liberdade sexual feminina e a derrubada das relações de dominação repressoras sofridas por elas de diferentes maneiras – violência física, simbólica, sexual, econômica e psicológica, diferença salarial, maternidade compulsória, esteriótipos atribuídos ao feminino, padrões corporais e tantas outras situações que têm como base a discriminação de gênero.

No entanto, é difícil precisar desde quando as mulheres lutam por esses (e outros) direitos e interesses, por isso, a guisa de organização temporal, o feminismo é

frequentemente¹⁵ periodizado em ondas ou gerações - em conjunto com outros marcadores de diferença, como classes sociais e, mais recentemente, raça – modelo que atende aos objetivos deste artigo e é eficiente em análises que associam outras teorias e campos deslocados temporal e espacialmente, como os Estudos Culturais.

O que pode denominar-se de como a primeira onda do feminismo começou a ocorrer nas últimas décadas do século XIX na Inglaterra, quando as mulheres se organizaram para lutar pelo direito ao voto. O movimento ficou conhecido como sufragista e o objetivo foi conquistado em 1918, após greves de fome e ações de protesto nas ruas de Londres, reprimidas pelo governo vigente (PINTO, 2009). Enquanto movimento constituído desde o começo a partir de lutas sociais, o feminismo é militante e prático, ao mesmo tempo em que se desenvolveu e produziu a sua própria reflexão crítica e teórica ao longo dos anos. Ainda:

Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise (PINTO, 2009, p. 15).

Inspiradas pelas feministas inglesas, o movimento pelo sufrágio aconteceu em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. De acordo com Pinto (2009), a primeira onda do feminismo brasileiro também aconteceu pela luta ao direito a voto. Entre as precursoras da reivindicação está a cientista Berta Lutz, que teve contato com a luta feminista inglesa quando estudava na Europa na década de 1910 e, retornando ao Brasil, foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (ABREU, 2015). O direito ao voto pelas mulheres foi promulgado no Novo Código Eleitoral brasileiro de 1932.

Essa primeira onda do feminismo perdeu força a partir da década de 1930 no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, só voltando com robustez na década de 1960. No contexto da contracultura, mobilização e contestação social e política, o feminismo, neste período, ganha nova potência com pautas libertárias e se apresenta como um movimento que luta pelo espaço da mulher nos campos da vida cotidiana (educação, trabalho, política, saúde), mas também reivindica “uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2009, p. 16). O marco dessa segunda onda acontece em 1963 com o lançamento do livro “A mística feminina”, da estadunidense Betty Friedan, leitura que seria referencial para as

¹⁵ *Pesquisadores de diferentes áreas aderem a essa forma de periodização, mesmo com uma ou outra diferença já que alguns marcos não são concretos. Apenas como exemplos dessa aderência, vale citar os trabalhos de Pinto (2009), Escosteguy (2006; 2016) e Keller (2006), além de inúmeros outros estudos.*

contestações, reivindicações e efemérides do novo feminismo. De aura mais teórica, as pautas dessa fase assinalam que existiria “uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (*id. ibid.*).

Já no Brasil, o cenário é outro. Em meio à ditadura civil-militar (1964-1985), as mulheres estavam divididas entre as agendas específicas do feminismo e a luta política contra a repressão do regime ditatorial. A situação provocou um tensionamento entre as causas ligadas à luta classista e pela democracia e pautas ligadas ao prazer, ao corpo e a sexualidade. Com a grande participação política das mulheres no período inicial de abertura democrática (1972-1988), as pautas coletivas foram priorizadas em detrimento das especificamente voltadas aos direitos das mulheres (ESCOSTEGUY, 2016).

A terceira onda do feminismo tem lugar na década de 1980 a partir da fragmentação das pautas do movimento, quando “emergem as teorias críticas à segunda onda e a categoria unificadora “mulher” perde terreno para a categoria gênero, demarcando fronteiras de classe, raça, sexualidade e localidade” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 30). bell hooks¹⁶ (2018), ao refletir sobre as questões de raça, evidencia que a integração racial no começo do movimento feminista era quase inexistente. Segundo a autora, o movimento por anos apagou e negou a diferença racial, deixou de lado as lutas antirracismo e priorizou as discussões de gênero sem perceber a profunda relação entre as pautas, até o fim da década de 1970, quando o movimento feminista, através do “trabalho de ativistas negras visionárias, preparou o caminho para reconsiderarmos raça e racismo, o que teve impacto positivo em nossa sociedade como um todo” (HOOKS, 2018, p. 70).

No Brasil, já na última década do século XX, o feminismo passou por um processo de profissionalização e sistematização por meio da criação de Organizações Não-Governamentais que interviram nas pautas feministas junto ao Estado. Uma das questões centrais dessa época foi a luta contra a violência doméstica, sendo a maior conquista a Lei Maria da Penha, homologada em agosto de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (PINTO, 2009).

4. Estudos Culturais e feminismo: deslocamentos teóricos e conceituais

Depois de evidenciadas algumas características, direcionamentos e problematizações dos Estudos Culturais e do movimento feminista, este tópico busca identificar as interseções

¹⁶ A autora usa sua assinatura em caixa baixa. Como modo de identificação, foi mantido dessa forma.

entre os dois campos. Como os Estudos Culturais nasceram quando o movimento feminista já iniciava sua segunda onda, é importante posicionar historicamente as primeiras discussões que levaram em conta essa convergência. Essa estipulação é divergente e conta com duas versões que serão discutidas nos próximos parágrafos, ambas ligadas ao CCCS.

A primeira versão da interseção feminista nos Estudos Culturais é relatada por Stuart Hall, diretor do CCCS na segunda onda do feminismo. Segundo ele, o feminismo surgiu como uma explosão nos Estudos Culturais, interrompendo o que estava sendo feito antes que as portas lhe fossem abertas, ou nas próprias palavras de Hall (2005, p. 268, tradução nossa): o feminismo apareceu “como ladrão durante a noite, entrou; interrompeu, fez um barulho indecoroso, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais”. Ainda assim, o pesquisador aponta que “a intervenção do feminismo foi específica e decisiva. Foi ruptural. Reorganizou o campo de maneira bastante concreta. [...] Suas conseqüências para mudar o objeto de estudo nos estudos culturais, foi completamente revolucionária de um modo teórico e prático” (HALL, 2005, p. 269, tradução nossa).

De forma ainda mais enfática, Charlotte Brunsdon afirma que as portas do CCCS sequer estavam entreabertas para o feminismo. As mulheres precisaram lutar dentro do Centro para que as suas questões fossem colocadas em pauta. Como explica Escosteguy (2016), para a membra feminista do grupo, a narrativa de Hall sobre as interseções entre Estudos Culturais e movimento feminista

apaga a guerra de posições travada na prática do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, justamente no período em que ele era seu diretor (1968-1979). Entende-se que, nos anos 70, já existia um duplo enfrentamento dentro do Centro. No âmbito da prática política feminista, reivindicava-se a ocupação de espaços por estudantes mulheres e o reconhecimento de sua importância; no debate teórico, emergia o esforço de feministas – entre elas Angela McRobbie, a própria Charlotte Brunsdon, Dorothy Hobson, entre outras – para inserir na discussão da época, centrada especialmente em torno do marxismo e da problemática de classe, a dimensão de gênero (ESCOSTEGUY, 2016, p. 63).

A partir de constatações sobre iniciativas do grupo feminista formado no CCCS, Schulman (2006, p. 212) concorda que muitos estudos do Centro tinham “pressupostos patriarcais [que] distorciam os resultados de qualquer tentativa de análise ou pesquisa cultural, contribuindo para relegar a metade feminina da raça humana a uma relativa obscuridade” e, ainda, reproduziam, “inconscientemente, a atitude repressiva de sua subcultura em relação às mulheres” (TURNER, 2003, p. 179, tradução nossa). Dessa forma, o texto ora desenvolvido acolhe a interpretação de que os estudos feministas só foram inseridos

no amago dos Estudos Culturais a partir da crítica e luta do grupo de pesquisadoras inseridas no próprio CCCS.

Como forma de resposta das pesquisadoras a esses pressupostos patriarcais das investigações desenvolvidas até então em Birmingham, foi criado, em 1974, um Grupo de Estudos da Mulher dentro do Centro. O grupo trouxe novos objetos de pesquisa relacionados ao gênero feminino por meio da interdisciplinaridade, matriz dos Estudos Culturais, através de teorias do cinema, da sociologia, da psicanálise, da literatura, da antropologia e outras associações. Entre essa multiplicidade de caminhos e contribuições, se destaca o estudo da representação da mulher na mídia, ou seja, “os gêneros considerados femininos, as leituras femininas, a espectadora, sua constituição e suas práticas e a audiência feminina” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 2).

As contribuições teóricas do novo grupo dentro dos Estudos Culturais são evidentes, principalmente na construção de novos conceitos de receptores, espectadores e audiência. Adeptas a um tipo de análise cultural que enaltecia o indivíduo na formação da subjetividade, mas sem desprezar o sentido cultural e histórico, as pesquisadoras feministas do CCCS buscaram novas maneiras de pensar as questões referentes à identidade e representação da mulher.

Ainda, essa inserção do feminismo nos Estudos Culturais proporcionou novos questionamentos “em torno de questões referentes à identidade, pois introduziu novas variáveis na sua constituição, deixando-se de ver os processos de construção da identidade unicamente através da cultura de classe e sua transmissão geracional”. (ESCOSTEGUY, 1998, p. 8). De acordo a pesquisadora, os estudos de recepção¹⁷, na contemporaneidade, ainda são fundamentais para a teoria feminista quando relacionados à temática do sujeito, da subjetividade e da intersubjetividade com enfoque na integração das novas modalidades de relações de poder na problemática da dominação. Em consonância com a terceira onda feminista, “os estudos de recepção realizados, sobretudo, a partir dos anos 90, acrescentam às questões de gênero, as que envolvem raça e etnia” (*id. ibid*).

Nessa época, mais da metade das pesquisas sobre as práticas de recepção midiática no Brasil tinham mulheres como principais focos de estudo. Aqui, é preciso destacar que,

¹⁷ As menções aos estudos de recepção neste artigo se dão porque “os estudos sobre as audiências ocupam um lugar privilegiado no desenvolvimento e no amadurecimento teórico dos estudos de mídia. Em especial, referimo-nos àqueles que se **vincularam aos desdobramentos dos estudos culturais e passaram a ser reconhecidos como estudos de recepção**” (ESCOSTEGUY; SIFUENTES, 2011, p. 7, grifos nossos).

mesmo tendo mulheres como informantes, a terminologia gênero e seus efeitos na mídia não eram estruturadores dos estudos e nem problematizados de maneira abrangente. Como destacado anteriormente, o Brasil passava por um contexto social e político de ditadura civil-militar na época de incorporação da crítica feminista aos Estudos Culturais, o que fez com que a reflexão sobre a cultura e sobre a mídia não serem vistas como prioritárias pelas feministas, que estavam empenhadas na luta contra a repressão e pela democracia.

Em recente mapeamento de teses e dissertações ancoradas em recepção e consumo midiático defendidas no campo da comunicação entre 2010 e 2015, Tomazetti e Coruja (2017) apontam que apenas quinze dos 191 trabalhos mapeados tematizaram a questão de gênero e, desse total, doze têm reflexões pautadas pelos estudos feministas¹⁸. Aqui é importante pontuar o deslocamento teórico da percepção dos estudos feministas de que o sentido não estava apenas no produto midiático em si, mas, como observado por Escosteguy (2016, p. 68), se concentravam no “entendimento de que o sentido não é uma propriedade do próprio texto, mas é constituído na interação entre sujeitos, textos e contextos”.

Para além dos deslocamentos teóricos, a inserção de novos espaços de pesquisa também foi ponto central para as críticas feministas nos Estudos Culturais. Um exemplo é a valorização da família e a sua relação com os produtos culturais, o que possibilitou pensar a relação da esfera pública com a privada, amplamente marcada pelo jogo político representacional, já que esse espaço doméstico também é de repressão, dominação e de relações de poder. Assim, também de acordo com Escosteguy (2016, p. 68), “a problematização do espaço político, realizada pelo feminismo dos anos 1970 sob a bandeira ‘o pessoal é político’, repercute com potência – mesmo nos anos 1980 – na crítica feminista de mídia”. Ainda, em termos metodológicos, como não poderia ser diferente, as inovações ocorreram, pois, devido à preocupação com a perda da experiência ou agência no discurso analítico, as feministas começaram a utilizar métodos autobiográficos, depoimento e história de vida nas suas pesquisas (ESCOSTEGUY, 1998).

Dessa forma, podemos observar que a interseção entre feminismo e Estudos Culturais inseriu, a partir da luta das próprias pesquisadoras do Centro, uma nova forma de pensar e olhar o mundo ao se opor ao pensamento hegemônico patriarcal, deslocar o do foco das análises para a categoria gênero e assim refletir sobre a dominação em diferentes campos. A

¹⁸ Os autores consideram como pautas dos estudos feministas “aquelas pesquisas que contemplam de alguma forma as lutas sociais das mulheres relativas à dominação masculina” (TOMAZETTI; CORUJA, 2017, p. 115). Os outros trabalhos mapeados contemplam as perspectivas queer e/ou das homossexualidades e as relações de gênero pelo viés das masculinidades.

questão de gênero passou assim a contribuir e marcar as reflexões sobre a composição das identidades dos sujeitos, pensada anteriormente somente por meio da classe social, etnia e nacionalidade, o que, de certa forma, também preenche a ideia, trabalhada por Hall, de não há fixidez e estabilidade nas identidades.

5. Considerações finais

Desde o seu surgimento, os Estudos Culturais buscou novas concepções em torno das temáticas dos aspectos da vida social cotidiana, do consumo dos meios de comunicação de massa por grupos subalternos e das crenças sociais ao pensar a cultura como uma categoria importante para explicar as mudanças na sociedade. Em outras palavras, a cultura como motor social.

Logo, é importante destacar que os Estudos Culturais, como um movimento que se propôs desde o começo a estudar a cultura popular e valorizar os direitos das minorias, colocando-se em vários momentos como militante, na questão de gênero, acontece certa displicência por parte de seus fundadores, leia-se, homens.

Desse modo, a insistência das pesquisadoras do CCCS em pensar as pautas do feminismo dentro dos Estudos Culturais possibilitou um novo olhar do campo de forma interdisciplinar, rompendo assim com o caráter patriarcal e claramente machista que imperava dentro do próprio Centro, algo que fica claro na afirmação de Hall sobre o começo da interseção entre movimento feminista e Estudos Culturais, quando afirma que outros estudiosos homens já haviam pensado nas questões do feminismo porque que conviviam com feministas e acreditavam que, dessa maneira, eles mesmos poderiam liderar tais pautas.

Fato é que o feminismo, através das pesquisadoras do próprio Centro, inseriu novas bases de pesquisa nos Estudos Culturais ao deslocar o olhar de forma definitiva para a análise da representação da mulher na mídia além de promover reflexões sobre as formas identitárias relegadas ao inserir a categoria gênero e assim tencionar os vieses, efeitos e oposições à dominações patriarcais.

Por fim, para além das discussões e contribuições aqui citadas, as perspectivas feministas dentro dos Estudos Culturais, que vê na cultura popular a potência de significados e resistências, mostra que, mesmo dentro da teoria há embates e lutas que devem ser percorridas e enfrentadas. Ainda, a partir das contextualizações históricas aqui apontadas, percebemos ser necessário desconstruções epistemológicas para a formulação de novos e

possíveis caminhos - sem voltas patriarcais e retornos opressivos - para assim concebermos um mundo igualitário, seja na esfera pública ou privada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A cultura em debate: (des)encontros entre o marxismo e os estudos culturais. *In: Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 30, n. 46, jun. 2017. p. 21-34. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22562/2017.46.02>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- DIETZ, Mary G. Current controversies in feminist theory. *In: Annual Review of Political Science*, v. 6, 2003, p. 399-431. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2012/GEN148/um/Dietz_CurrentControversies_2003.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. *In: Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3367>. Acesso em 30 ago. 2019.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. *In: SILVA, T. T. (Org.). O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais**. Uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. O quê os estudos culturais latino-americanos devem à Jesús Martín Barbero. *In: MORAGAS; TERRÓN; RINCÓN (eds.). De los medios a las mediaciones de Jesús Martín-Barbero, 30 años después*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2017.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. *In: Matrizes*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-67, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122541>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SIFUENTES, Lírian. As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos. *In: E-compós*, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2011.
- FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. *In: Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 197-215, jun. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100011>. Acesso em: 25 ago. 2019.

- GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000100003>. Acesso em 30 ago. 2019.
- KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *In: Cadernos Pagu*, Campinas n. 27, p. 13-34, dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em 30 ago. 2019.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *In: Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, 1997, p. 15-46. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em 25 ago. 2019.
- HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. *In: SOVIK, L. (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. **Critical Dialogues in Cultural Studies**. London: Routledge, 2005.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. *In: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Presença, 1973.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? *In: SILVA, T. T. (Org.). O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. Diversidade em divergência. *In: Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, jul./dez. 2014.
- PINTO, Céli Regina. **Feminismo, história e poder**. Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PRYSTHON, Angela. Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação. *In: E-Compós*, v. 1, n. 11, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.7>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. *In: SILVA, T. T. (Org.). O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SPIELMANN, Ellen. "Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes que esta etiqueta apareciera": una entrevista con Jesús Martín-Barbero. *In: Dissens*, nº 3, 1997, p.47-53. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/eccscol/barbero-entrevista.doc>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; CORUJA, Paula. Relações de gênero nos estudos de recepção e de consumo midiático: as perspectivas das teses e dissertações em comunicação entre 2010 e 2015. *In: Novos Olhares*, v.6, n.1, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/131734>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TURNER, Graeme. **British Cultural Studies: an introduction**. London: Routledge, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.